



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO
CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS URBANAS
Conforme Portaria nº1805/2016 GP

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 07/2018 – CMPU

Aos **trinta e um** dias do mês de **agosto** do ano de **dois mil e dezoito**, reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Políticas Urbanas de Guarulhos - CMPU, que subscrevem a essa ata, e os convidados Sra. Helena Werneck, Sr. Thiago Perez Sávio, Sra. Karina Gabriel Alencar e Sra. Marinéia Lazzari Chiovatto no auditório do Paço Municipal, Avenida Bom Clima, 90 – Bom Clima, Guarulhos, para a sétima reunião ordinária do ano de 2018, tendo as seguintes pautas: 1 – Aprovação das atas da 4ª, 5ª e 6ª Reuniões Ordinárias – encaminhadas por e-mail em 30/05, 23/07 e 07/08, respectivamente; 2 - Ações do Planejamento Estratégico – relatório da Oficina de Planejamento de 10 de novembro de 2017, reencaminhado por e-mail em 07 de agosto – tarefa: repactuação dos prazos vencidos; 3 – Informes: 3.1.1 – Aterro Sanitário CDR – informações referentes à solicitação de reunião conjunta com o Conselho Gestor da APA Cabuçú – Tanque Grande – o Conselho Gestor encontra-se em fase de reestruturação, passando por capacitação dos novos membros nos dias 22 e 29 de agosto. A Secretaria-Executiva do CMPU fará novo contato para verificar viabilidade da reunião conjunta para o mês de setembro; **3.1.2** – Aterro Sanitário CDR – Realização de audiência pública por parte do Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA, sobre o EIA/RIMA do empreendimento no dia 30 de agosto de 2018, às 17 horas, no Espaço Internacional Eventos, Rua João Cavalaria, 133, Ponte Grande, Guarulhos/SP (Edital encaminhado aos conselheiros em 22/08/18); **3.2** - Patrimônio Histórico – atualização referente às propostas de tombamento – Arq. Ana Rosa Metram; **3.3**- Formação de Conselheiros Municipais - parceira entre a Escola Fazendária do Estado de São Paulo (FAZESP), a Prefeitura de Guarulhos e a Receita Federal do Brasil - 8ª Região Fiscal – Nos dias 10, 11 e 12 de setembro – das 08h as 17h – no Adamastor – Centro - 100 vagas (programação e informações encaminhadas por e-mail em 14 de agosto) Inscrições pelo link: <https://goo.gl/forms/5WYSn7d7nO8o260h1>; **3.4** – Revisão da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo – atualização – Gabriel e Helena – Palestra “Mobilidade Urbana” - Meli Malatesta 27/08/2018; **3.5** – Plano Diretor – atualização – Gabriel – Helena; **3.6** - **Próxima Reunião do CMPU: 28/09/2018 – 9h** – próxima Reunião de Coordenação – proposta 20/09/2018 – 9h; *****

Registramos as ausências justificadas dos Conselheiros Luiz Renato Vicente de Azevedo Barboza (SAAE), Leandro Santos Domingos (Câmara), Daniele dos Santos Marques (Chico Mendes), Janaína Gomes Bezerra (BABI), e as ausências injustificadas da Secretaria de Obras, Secretaria de Transporte e Trânsito, Secretaria de Justiça, Subsecretaria de Acessibilidade e Inclusão, Associação de Moradores Salgado Filho, Cooperativa Habitacional – Coopercid, Movimento Popular - Iacon, Entidade Ambiental – Núcleo de Estudos Urbanos – NEU, Universidade de Guarulhos – UNG, Conselho Municipal de Transporte e Trânsito e Orçamento Participativo. *****

A reunião iniciou-se às 09h30, em cumprimento ao **item 1** da pauta, com a presença de quórum as atas da 4ª, 5ª e 6ª Reuniões Ordinárias foram aprovadas sem ressalvas. A convidada Marinéia fez apenas um apontamento de que numa de suas falas durante a da 6ª RO, constou equivocadamente a palavra “Rodoanel”, sendo que o correto seria “Hidroanel”, quando explanava sobre a época em que participou do grupo que estava elaborando o zoneamento ecológico-econômico. *****

Passando ao **item 2**, repactuação dos prazos vencidos nas Ações do Planejamento Estratégico. O Conselheiro Gabriel apresentou este item e questionou se os conselheiros gostariam de repactuar as datas. O Conselheiro Gilmar e a convidada Marinéia, perguntaram se haveria uma apresentação das ações e a Secretaria-Executiva do Conselho informou que o relatório do Planejamento Estratégico do CMPU, fora reencaminhado aos conselheiros junto com a pauta da reunião e que a tarefa, na verdade, seria que os próprios grupos apresentassem os novos prazos para a realização das ações pendentes. O Conselheiro Gilmar disse que leu o relatório e que poucas das ações foram realizadas, que aparentemente, apenas duas delas foram concluídas, das quais o Conselheiro Mounir participou. O Conselheiro Guilherme (SH) informou que a ação que havia se proposto foi cumprida, que era fazer uma interlocução entre o CMPU, representado pelo Conselheiro Gabriel (Diretor do Departamento de Gestão Urbana) e a Diretora da Habitação, para convocar reunião com o governo para discutir o chamamento de audiência pública, mas que a ação não logrou êxito no seu objetivo. Os presentes sugeriram que o grupo cuja ação consiste em desenvolver propostas para Política de Planejamento Urbano e Regional tenham a participação dos Conselheiros Jane e Demóstenes, e das convidadas Sras. Helena, Marinéia e Karina. Foi sugerida a participação do Sr. Thiago Perez Sávio, que poderá participar do grupo, como convidado. Ficou acertado que o relatório de planejamento será reencaminhado acompanhado da ata desta RO, para que os grupos estabeleçam os novos prazos e



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO
CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS URBANAS
Conforme Portaria nº1805/2016 GP

em 15 (quinze) dias encaminhem por e-mail a análise das ações e repactuação dos prazos igualmente por e-mail. *****

O Conselheiro Gabriel passou ao **item 3.1.1**, que diz respeito a viabilidade de se fazer uma reunião conjunta entre o CMPU, o Conselho Gestor da APA Cabuçu – Tanque Grande e o Comdema, para discutir a implantação do CDR no município, e informou que os conselhos vinculados à Secretaria de Meio Ambiente estão passando por reestruturação e que a SDU fará novo contato com a SM para verificar a possibilidade dessa reunião. A convidada Sra. Marinéia perguntou se o CMPU havia enviado ofício aos conselhos citados, para solicitar a reunião conjunta e foi esclarecido que foi feito contato com a Secretaria-Executiva dos conselhos, que informou que em razão da reestruturação dos conselhos, seria melhor aguardar para posteriormente oficializar o convite. Os conselheiros e convidados sugeriram pela formalização e oficialização do convite. O Conselheiro Flávio informou que participou da capacitação do Conselho Gestor da APA e que o coordenador do Observatório de Políticas Públicas, Sr. Heber, fez a apresentação de uma palestra de capacitação de conselheiros, onde foi abordada a função dos conselheiros dentro dos conselhos municipais. Disse que sentiu que os conselhos estão estruturados (APA e Comdema), e conscientes de suas atribuições. Esclareceu que nessa reunião, os conselhos não deliberaram nenhum assunto, e que achou importante trazer esse tipo de capacitação, especialmente para que os novos conselheiros entendam os seus papéis, deixando claro que suas funções não se confundem com as do poder executivo. Entende que seria interessante trazer esse tipo de palestra para o CMPU, pois achou muito esclarecedora a ótica colocada pelo palestrante. Ficou estabelecido que seria feito um contato com o Sr. Heber, para que ele faça uma apresentação no CMPU para formação do conselho. A Conselheira Jane e a convidada Sra. Marinéia pontuaram que a formação dos conselheiros sempre foi uma reivindicação do CMPU, desde sua posse em 2016. O Conselheiro Gabriel informou que dentre as pautas desta reunião, está prevista a formação de conselheiros que acontecerá nos dias 10, 11 e 12 de setembro. A Secretária do Conselho informou que encaminhou aos conselheiros e convidados, a programação e o link de inscrição para o curso. Os presentes entendem a importância do curso, mas ressaltaram que em razão do curso ser realizado durante a semana e em horário comercial, inviabiliza a participação dos interessados. A Secretária do Conselho esclareceu que esta formação é uma parceria entre o município, a escola fazendária do estado de São Paulo e a Receita Federal da 8ª Região, e que o curso está sendo organizado e disponibilizado para todos os conselhos do município. Os conselheiros e convidados solicitaram que ficasse registrado que este tipo de capacitação deve ser realizada em horários alternativos, preferencialmente a noite ou aos sábados. *****

Item 3.1.2 – Aterro Sanitário CDR – Realização de audiência pública por parte do Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA, – informes sobre a audiência pública – A convidada Marinéia esteve presente no local da audiência pública e disse que a postura autoritária começou la fora com revista, e que inclusive as mãos que estavam com mamadeiras foram barradas. Prosseguiu relatando que houve revista feminina, e que o sentimento foi de insegurança, muito tumulto. Disse que houve uma apresentação, que foi suspensa várias vezes e que houve desproporcionalidade. Relatou que um professor que veio com 44 (quarenta e quatro) alunos, sendo que só uma das alunas conseguiu se inscrever. Disse ainda que o Ericson, que é uma liderança do Cabuçu, fez uma apresentação e que depois da confusão, acabou sendo preso. *****

O Conselheiro Júlio afirmou que a postura do Estado e da empresa foram desproporcionais e exageradas. *****

A convidada Sra. Marinéia disse que a estratégia que se vê é do povo afastado, pois a mesa de coordenação do evento, foi colocada há uma média de 4 (quatro) metros de altura acima dos participantes, e afirmou que esse Conselho repudia a atitude do governo, que colocou a GCM que usou de forma desproporcional diante da população. *****

O convidado Sr. Roberto Moreno pediu a fala e disse que quando foi feita uma apresentação sobre o aterro, questionou se a implantação teria respaldo legal. Disse que na época a pessoa que apresentou não soube responder se era permitido ou não. Disse ainda que embora o empreendimento cause muito impacto, não há impedimento legal, e que sem querer defender o governo, quando há um pedido de licenciamento, o técnico que analisa, não pode negar o pedido sem embasamento. *****

O Conselheiro Gilmar afirmou que há uma questão técnica, e que tecnicamente foi aprovado e que inclusive esse assunto passou por esse conselho, que foi pela aprovação daquela área para instalação do DME. Disse que na verdade a legislação prevê que não se pode implantar novos aterros, permitindo apenas a ampliação dos existentes, o que não é o caso do CDR, que é um aterro de São Paulo. Disse que disponibilizará para os membros do conselho, as imagens da audiência



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO
CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS URBANAS
Conforme Portaria nº1805/2016 GP

pública; comentou que as mães com crianças não puderam adentrar. Relatou que quem entrou, viu um pedestal que deixava clara a posição de imposição, que o que se via era a imposição. Que haviam as listas de presença para apenas endossar o processo, sem ser ouvir a população. Disse ainda que já houve 4 (quatro) tentativas de audiência pública e que o povo não quer que o aterro seja implantado. Afirmou concordar com a fala do Conselheiro Júlio, pois é este o conselho de políticas urbanas e que é preciso se tirar um posicionamento. Destacou que uma é a questão do projeto e a outra é a questão do posicionamento político e pediu que seja solicitado um posicionamento à Secretaria da Fazenda, para informar qual a estimativa de recolhimento de ISS do CDR para o município. *****

O Conselheiro Demóstenes sugeriu que seja feita uma votação sobre as duas propostas colocadas, sendo a primeira, referente a uma moção de repúdio e outra seria oficiar a secretaria de finanças sobre a estimativa de ISS que o CDR vai recolher para o município. *****

O Conselheiro Flávio afirmou concordar com as manifestações, porém, observa que a questão tomou um cunho estritamente político. Disse que os movimentos já estavam preparados para o conflito e que por isso entende que uma ação preventiva se justifica para garantir a segurança. Entende que a questão se tornou uma questão política e que é dever do conselho se posicionar tecnicamente, e que por isso, entende que não faz parte do campo de atuação do CPMU. *****

O Conselheiro Júlio perguntou se ele concorda com a moção do Conselho e o Flávio se posicionou contrariamente. *****

O Conselheiro Demóstenes disse que a audiência foi mal organizada e que se ele fosse organizar uma audiência, nem teria colocado cadeiras. *****

O Conselheiro Ivalto disse que os técnicos podem dar seus posicionamentos e que em não gosta de fazer política que não faça. E que voltando para a questão do lixão, disse que o aterro municipal tem vida útil de mais um ano e meio, e que é preciso falar sobre a questão política. *****

A convidada Sra. Marinéia afirmou que a moção versa sobre a forma de condução da audiência e não sobre outra questão. *****

Foi estabelecido que os conselheiros Gilmar, Júlio e Demóstenes e a convidada Sra. Marinéia elaborarão o texto de moção que será submetido à aprovação. *****

O Conselheiro Flávio comentou de que muito embora tenha havido divergências de opiniões, a discussão foi proveitosa. *****

Item 3.2 – Patrimônio Histórico – A convidada Ana Rosa, que é servidora da SDU e membro do Conselho de Patrimônio contextualizou que o Ministério Público interveio sobre a casa Saraceni, que foi demolida, e que não se pode reconstruir. Informou que o Conselho de Patrimônio solicitou que se a estação do metrô for mesmo construída, seja feita uma memória da casa na estação. Disse que solicitou ao presidente do conselho uma relação dos bens já tombados, mas que ainda não recebeu a lista. Relatou que já há verba para o Museu da Educação e que há uma empresa que vencedora do processo de licitação. Relatou ainda que foi negado o pedido de construção de duas torres ao lado da chaminé do Adamastor para preservar o patrimônio visual. Quanto aos processos de tombamentos, vão ser encaminhados memorandos para todas as secretarias e que alguns processos já estão em andamento de tombamento e que a proteção do patrimônio de inicia a partir do momento que se abre o processo. *****

O Conselheiro Júlio parabenizou a ação do conselho e do arquiteto Daniel que é presidente do conselho do patrimônio. *****

A Conselheira Jane informou que o IAB fez o movimento “abrace um patrimônio” no Brasil todo e disse que não ouviu falar desse movimento no município. *****

A convidada Ana Rosa respondeu que em Guarulhos houve pouca divulgação e que ficou sabendo desse evento por terceiros e que a Secretaria de Cultura não convidou os conselheiros. *****

A convidada Marinéia também parabenizou o profissionalismo, a dedicação e a competência do Arq. Daniel Campos, presidente do Conselho de Patrimônio, e destacou que naquele conselho, o presidente é eleito entre os conselheiros, e que essa seria uma proposta para o CPMU, pois, o Presidente do CPMU tem sido ausente às reuniões, deixando suas responsabilidades a cargo de seu suplente. A convidada Ana Rosa informou que esta possibilidade está prevista no Regimento do Conselho do Patrimônio. O Conselheiro Gilmar pontuou que no caso do CPMU, o presidente é o Secretário de Desenvolvimento Urbano por imposição legal. A convidada Marinéia pediu para falar a respeito do Sítio da Candinha e que há fragilidades muito grandes e gostaria de saber se há algumas condicionantes naquela região em relação ao Rodoanel. Solicitou que sejam trazidas respostas posteriormente pois a Dersa tem obrigações no município e o conselho está sem informações. A convidada Ana Rosa disse que assim como o conselho, a prefeitura também não tem acesso a



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO
CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS URBANAS
Conforme Portaria nº1805/2016 GP

informações, que entende que realmente a Dersa tinha uma obrigação e principalmente se sair o ferroanel, que eles pretendem implantar ao norte, vai afetar ainda mais a Candinha. Já o Rodoanel com o tremor, corre o risco da casa vir ao chão, que ela já não está segura, que inclusive há uma cobertura inadequada para tentar preservar a casa. Informou que o Daniel, fez um levantamento e desenvolveu com seus alunos um material com verificação de tudo da casa e tinha, e que inclusive fizeram um projeto muito bom para lá. *****

Tendo em vista a dificuldade de acesso às informações diretamente da Dersa, a convidada Marinéia sugeriu que o Conselho de Patrimônio encaminhe ofício. A convidada Ana Rosa disse que se todos estiverem de acordo, ela pode levar essa questão ao conselho de patrimônio. A convidada Marinéia disse que a sociedade precisa dessa informação e comentou que chegou a participar das discussões com a Dersa como conselheira da APA, por causa das discussões do DME referente aos caminhões. Eles têm que dar respostas, inclusive para conseguir a licença de operações. Então o Conselho de Patrimônio tem que tomar muita atenção nesse momento, porque o momento da instalação é como ele vai começar. *****

A convidada Marinéia ressaltou que há outro patrimônio que merece ser preservado, que é o patrimônio edificado por arquiteto, disse que é preciso criar mecanismos para a preservação do patrimônio de interesse histórico arquitetônico, onde podem ser indicadas obras como por exemplo, o Cecap e a obra da Itapemirim. *****

A convidada Ana Rosa orientou que caso o CPMU queira montar um grupo para participar da reunião do Conselho de Patrimônio ou fazer indicações de tombamento, devem formalizar os pedidos que são analisados pelo Conselho do Patrimônio. *****

Como último informe deste item, a convidada Ana Rosa, relatou que a cidade ganhou um acervo com todas as tiragens da Folha Metropolitana, que está passando por processo de higienização para ser disponibilizada ao público. *****

No cumprimento do **item 3.3**, foi informado que haverá um curso de Formação de Conselheiros Municipais, que será realizado nos dias 10, 11 e 12 de setembro, no Adamastor. E que este curso está sendo realizado através de uma parceria entre a Escola Fazendária do Estado de São Paulo (FAZESP), a Prefeitura de Guarulhos e a Receita Federal do Brasil - 8ª Região Fiscal. Foram disponibilizadas 100 vagas, e os interessados devem se inscrever pelo link: <https://goo.gl/forms/5WYsn7d7nO8o260h1>. Registramos que a programação e informações foram encaminhadas por e-mail em 14 de agosto. *****

A convidada Marinéia disse que o conselho nunca empacou nenhuma ação, mas como foi posicionado, o CPMU requer que o PL da Revisão do Plano Diretor, seja retirado da Câmara. Disse que viu uma entrevista que o Conselheiro Gabriel e a Sra. Helena deram e que ao contrário do que foi dito na entrevista na rádio, ter um plano diretor atualizado, não é requisito para obtenção de recursos, e que é um desrespeito dar informações incorretas, como esta. Disse que um outro desrespeito é falarem do Plano Diretor, como se fossem autores do projeto de lei, que na verdade foi construído por diversos mãos, por diversos técnicos de diversas secretarias e pela população e reiterou que se apropriar dessa forma, é um desrespeito com todos que participaram do processo. *****

O Conselheiro Gilmar informou que recebeu os mapas com as áreas de marcadas como ZEIS contendo apenas 12 (doze) áreas, que não atendem o deficit, e que o movimento de moradia havia indicado outras áreas que melhor atenderiam a demanda. *****

A convidada Sra. Helena afirmou que não houve alteração na demarcação das ZEIS, e que as áreas demarcadas na Minuta, são as mesmas do Projeto de Lei. *****

O Conselheiro Gabriel disse que está sendo tentado se estabelecer o dialogo, inclusive na lei de parcelamento, uso e ocupação do solo. *****

A Conselheira Jane disse discordar, pois os pedidos do CPMU foram ignorados, como por exemplo o pedido de reiterada do PL da Câmara, e os pedidos de disponibilização da filmagem e a da ata da audiência pública de 14 de julho. *****

O Conselheiro Gabriel informou que a ata da audiência pública encontra-se no processo administrativo e que será disponibilizada ao CPMU. *****

A convidada Marinéia ponderou para que o Gabriel reflita sobre o que o CPMU esta reiterando constantemente. *****

Em cumprimento ao **item 3.5** – Plano Diretor – o Conselheiro Gilmar informou que soube que foi apresentada uma nova minuta para o Plano Diretor, e o Conselheiro Gabriel informou que o PL está na Câmara e que houve correção em pequenos itens, que geraram o substitutivo nº 1, diante desta afirmação, o Conselheiro Gilmar solicitou o encaminhamento do substitutivo e o Conselheiro Gabriel



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO
CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS URBANAS
Conforme Portaria nº1805/2016 GP

informou que como o processo está na Câmara, as publicações e demais trâmites correrão pelo legislativo.*****

A convidada Sra. Helena esclareceu que as alterações tratam de correções, pois havia um erro no mapa de unidades de conservação, onde havia informações sobrepostas, que estavam incoerentes com o real.*****

O convidado Thiago complementou o esclarecimento informando que a redação do PEUC (Parcelamento, Edificação e Utilização Compulsória) foi readequada, que houve uma correção para aplicar esse instrumento urbanístico. Continuou esclarecendo que houve uma outra alteração na redação do IPTU Progressivo no Tempo, que por se tratar de imposto, conforme justificativa da Secretaria da Fazenda, não caberia a destinação ao Fundo de Desenvolvimento Urbano, e sim para o tesouro do município.*****

A convidada Marinéia entende que esses esclarecimentos são até compreensíveis, porém pediu que ficasse registrado que o substitutivo não passou pelo conselho e que essas alterações não foram consensualizadas com o CMPU.*****

A Conselheira Jane reiterou a afirmação da convidada Marinéia de que as alterações não passaram pelo CMPU e que a depois que a Sra. Helena passou a prestar assessoria técnica à Prefeitura, houve mudanças no trabalho que já estava consolidado e que foi encaminhado após alterações.*****

O Conselheiro Ivalto disse que os conselheiros da sociedade civil prestam relevante serviço voluntário e que não estão sendo respeitados, nem ouvidos, e solicitou que ficasse registrado que esse conselho ainda luta para voltar a ser deliberativo.*****

A convidada Marinéia disse que antes que qualquer medida que se refira à participação dos conselheiros nas reuniões do CMPU seja tomada, não se pode esquecer que o Presidente do Conselho e os representantes das Secretarias não estão comparecendo, e se for feito um levantamento das ausências, é preciso observar essa questão, e por fim afirmou que a sociedade civil está presente.*****

O Conselheiro Gilmar lembrou que todas as cadeiras possuem titulares e suplentes para que se garanta a representação.*****

O Conselheiro Gilmar disse que na questão do Plano Diretor é importante registrar uma posição unânime por parte do CMPU de que o conselho não concorda com esse método e forma, desrespeitosa de conduzir o processo, sob pena de se tornar inviável a existência de conselhos, que funcionam para referendar as ações do governo.*****

A Conselheira Jane lembrou que na primeira reunião do CMPU desse ano, se posicionou quanto a essa questão e que a situação só se agravou.*****

A convidada Marinéia afirmou que esse tipo de situação nunca aconteceu anteriormente e que considera que as tratativas do Plano Diretor foram uma espécie de traição com o conselho. Ressaltou que foram solicitadas a ata e a filmagem da audiência pública e que até o momento não houve atendimento. Solicitou que ficasse registrado que foi publicada a convocação da audiência pública devolutiva no "site" e na página de notícias da prefeitura. Falou ainda sobre a entrevista dada na rádio pelo Conselheiro Gabriel e pela convidada Helena, que falaram em nome do Departamento de Gestão Urbana, disse que qualquer colocação que for feita para a imprensa ou coisa parecida sobre o Plano Diretor, é preciso falar sobre o conselho. Disse que não se pode apropriar do resultado do trabalho do conselho e de diversos técnicos da sociedade civil.*****

A convidada Marinéia fez uma colocação que uma das justificativas para não serem incluídos os índices no Plano Diretor, foi a falta de dados. E assim, não entende ser possível haver dados suficientes para finalizar a revisão da lei de zoneamento em fevereiro de 2019.*****

O Conselheiro Gabriel disse que os dados estão sendo construídos e que está sendo feita uma força tarefa, e que o conselho está convidado a participar.*****

A convidada Marinéia disse que o CMPU entende que a revisão do Plano Diretor não está finalizada e que por essa razão não aceita participar da revisão da lei de zoneamento, que é uma etapa posterior ao Plano Diretor.*****

A Conselheira Jane afirmou que o PL tem que sair da Câmara e que da mesma forma que o povo elege um representante, também pode tirá-lo.*****

O convidado Roberto Moreno disse que vê com tristeza o que está acontecendo nesse conselho. E que tem a impressão que depois que o CMDU se tornou CMPU, e a sociedade se tornou maioria e que houve a mudança de gestão, o conselho degingolou. A impressão que se tem é que o governo tem medo dessa participação e que isso se observa em reuniões onde se chega com tudo pronto, apenas para referendar.*****



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO
CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS URBANAS
Conforme Portaria nº1805/2016 GP

Marinéia – cobranças sobre a ata, sobre a filmagem e sobre o motivo pelo qual a secretaria de comunicação não divulgou notícias sobre a audiência.

A reunião foi encerrada as 12h15.*****

Não havendo outros informes, a reunião foi encerrada às 12:15h, sem o cumprimento do item 3.4 da pauta, em razão do tempo previsto para a reunião ter se estendido, e eu, Francini Renata Domingues, _____ Secretária Executiva deste C MPU, digitei a presente ata.

De acordo (Conselheiros presentes):

Poder Público:

Gabriel Rodrigues de Arruda (Suplente SDU) _____

Guilherme David dos Santos Viana (Titular SH) _____

Clodoaldo Costa de Oliveira (Titular SSP) _____

Sociedade Civil

Ivalto José de Araújo (Tit. Mov. Pop. MNLM/SAM) _____

Gilmar Antônio dos Santos (Tit. Mov. Popular – Paulo Canarim) _____

Demóstenes Lopes Cordeiro (Tit. Ent. Emp. Asec) _____

Flávio Gerairdine Naressi (Tit. Ent. Profissional ASSEAG) _____

Julio Soto Saavedra (Tit. Ent. de Classe – IAB) _____

Jane Marta da Silva (Tit. Sindicato SASP) _____

Jarbas Tupinambá (Titular do CMH) _____

Notas importantes:

RESOLUÇÃO Nº 01/2017-C MPU – Publicada no Diário Oficial de 31 de maio de 2017.

Art. 15 – O Conselho Municipal de Políticas Urbanas – C MPU, reunir-se-á ordinariamente, das 09h às 12h, na última sexta-feira de cada mês, e extraordinariamente, quando convocados pelo Presidente do Conselho, ou por no mínimo 1/3 (um terço) de seus integrantes titulares.

§ 1º - A reunião será iniciada em primeira chamada às 9h00. Em não havendo quórum, será realizada segunda chamada às 9h15. Não havendo quórum, a reunião será iniciada, mas não serão permitidas deliberações enquanto não for atingido o quórum.

Art. 20 – As reuniões do Conselho Municipal de Políticas Urbanas – C MPU, poderão ser instaladas e iniciadas com a presença de 1/3 (um terço) de seus membros titulares ou respectivos suplentes.

Art. 21 – As deliberações do Conselho Municipal de Políticas Urbanas - C MPU serão aprovadas por maioria simples dos presentes na reunião do Conselho.